

DESP  
15/8/97 Pg C-7  
Pataxó 'Ha Ha Ha  
696

# Pressão faz Íris recuar no caso pataxó

*Em nota oficial, Íris tentou diminuir o impacto das declarações feitas anteontem, quando elogiou a sentença da juíza que considerou crime de lesões corporais a morte do índio pataxó em 20 de abril*

EDSON LUIZ

**B**RASÍLIA — O ministro da Justiça, Íris Rezende, recuou ontem, por meio de nota oficial, de sua posição favorável à sentença da juíza Sandra de Santis de Mello — que livrou de júri popular os acusados de queimar vivo o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. O ministro, que vem demonstrando pouca habilidade no tratamento de assuntos polêmicos na área sob sua responsabilidade, enfrentou ontem forte reação da Fundação Nacional do Índio (Funai). Vinculada ao ministério, a Funai compartilha da mesma opinião do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que considera a sentença branda.

Na nota oficial, Íris tentou diminuir o impacto das declarações feitas anteontem, quando afirmou que a decisão da juíza merecia "respeito". Ontem, ele explicou que não pretendia tecer considerações sobre as decisões da Justiça. "A manifestação do ministro da Justiça deu-se de modo a respeitar a decisão judicial proferida, ainda sujeita a revisão pelas instâncias superiores."

**Audiência** — Além de divulgar o comunicado, o ministro teve de receber à tarde a presidente interina da Funai, Rosângela Gonçalves de Carvalho. "Recebemos esta decisão com indignidade", disse Rosângela, pouco depois da audiência no gabinete do ministro. "É um passo para a impunidade, mas tenho certeza de que o Ministério Público vai

reverter essa situação." A Funai aguarda há três semanas que o ministro anuncie seu novo presidente. Gregori, que havia criticado a decisão da juíza, viajou ontem para São Paulo.

"Como cidadão e homem público, condeno qualquer violência", ressaltou Íris, na nota. O tom do comunicado aproxima-se, com atraso, do pensamento de boa parte dos integrantes do primeiro escalão do Ministério da Justiça. Dias depois da morte de Galdino, a cúpula da Justiça mobilizou-se para garantir a prisão dos acusados e seu enquadramento por crime hediondo. O antecessor de Íris, atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Milton Seligman, fez pressões claras pela condenação dos assassinos de Galdino.

**ANTECESSOR  
PRESSIONOU  
ABERTAMENTE  
POR PUNIÇÃO  
EXEMPLAR PARA  
ACUSADOS  
DE CRIME**

No Ministério da Justiça, Íris tem se mantido voltado para as questões políticas. E também aí enfrenta dificuldades. Na primeira reunião que manteve, na quarta-feira, com dez líderes e vice-líderes do governo e integrantes da Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura (Contag), não apresentou nenhuma solução para uma pauta de reivindicações da entidade.

Nem no Congresso, onde quer discutir com rapidez a emenda constitucional da segurança pública, consegue fazer valer suas posições. "A pressa dele vai se esbarrar na comissão especial", diz a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). "Esta emenda vai tramitar por pelo menos 60 dias."



Juíza Sandra: policial na porta do gabinete, depois de ameaças

## Índio quer entrar com ação popular

EVANDRO FADEL

**CURITIBA** — O índio tupi-guarani Manoel Nascimento iniciou ontem um protesto na Rua das Flores, no centro de Curitiba, contra a decisão da presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal, juíza Sandra de Santis de Mello, que alterou a tipificação do crime dos quatro estudantes que mataram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. Ele pretende conseguir 30 mil assinaturas para entrar com ação popular contra a sentença.

Nascimento vestiu-se de preto, cobriu a boca com uma mordaca e colocou vários castiçais com álcool e fogo ao seu lado. Ele segura um cartaz em que condena a decisão da juíza e pede que a sentença seja revista no

Tribunal de Justiça. O protesto do índio atraiu dezenas de pessoas que assinaram um livro em apoio à revisão da sentença. "No Brasil, parece que se instalou a impunidade", reclama Nascimento.

"Ao anunciar essa sentença, a juíza acaba ferindo não só a credibilidade na Justiça, mas também deixa o povo brasileiro apavorado", afirmou. "A nação indígena está completamente revoltada e isso pode ocasionar uma insubordinação."

Nascido e criado no Xingu, Nascimento está em Curitiba há vários anos. Ele pretende fazer seu protesto todos os dias entre as 10 e 14 horas até recolher as 30 mil assinaturas. "O fogo simboliza o início da guerra", explicou.

## Promotora tem prazo para recorrer até 2ª

*Maria José Pereira recebeu na noite de quarta-feira a sentença da juíza Sandra*

SANDRA SATO

**B**RASÍLIA — A promotora Maria José Miranda Pereira recebeu na noite de anteontem a sentença da juíza Sandra de Santis de Mello sobre os quatro jovens que queimaram vivo o índio Galdino. Agora a promotora terá cinco dias (até segunda-feira) para apresentar seus argumentos e tentar reverter a decisão da juíza, para quem os rapazes cometeram crime de lesões corporais seguidas de morte e não homicídio doloso.

Depois de receber o termo de Maria José, Sandra enviará as alegações da promotora aos advogados de defesa de Max Rogério Alves, Antônio Novely Cardoso de Vilanova, Tomás Oliveira de Almeida e Eron Chaves de Oliveira e ao da família de Galdino, Luiz Eduardo Greenhalg. Só depois, anunciará se a decisão será revista. Isso pode levar um mês.

O advogado Greenhalg afirmou que vai entrar com embargo de declaração contra a decisão da presidente do Tribunal do Júri do Distrito Federal de transferir para uma vara criminal o julgamento dos quatro rapazes. Greenhalg quer saber por que a juíza se omitiu em relação à acusação de corrupção de menor que os quatro também teriam de responder por terem envolvido o menor G.N.A.J., de 17 anos, no caso.

O menor foi condenado a três

anos de prisão pela participação na "brincadeira" que matou Galdino. Na sentença, em que avaliou não ter competência para julgar o caso por se tratar de lesão corporal, a juíza analisou apenas a acusação de homicídio doloso (intencional). "A juíza abraçou a tese da defesa", acusou Greenhalg.

**Ameaças** — Desde que foi divulgada sua decisão, na terça-feira, a juíza recebeu ameaças, algumas por escrito. Ela continua trabalhando normalmente, mas ontem havia um policial na porta de sua sala. No meio da tarde, Sandra levou um susto. Uma gritaria vinha do arquivo, seção que fica em frente do seu gabinete. Era só a comemoração de um funcionário que passou no vestibular.

**ADVOGADO  
DE DEFESA DE  
UM JOVEM FOI  
CHEFE DA JUÍZA**

Sentada em sua mesa, ontem a juíza não parou de receber telefonemas, poucos de apoio e a maioria de protesto. Um homem que se identificou como Mauro disse que o

Tribunal de Justiça deveria ser fechado porque ela "havia se vendido por um quilo de feijão".

O advogado de defesa de um dos acusados (Antônio Novely Vilanova), Herald Paupério, passou pela sala da juíza para cumprimentá-la. "Só me faz elogios porque a decisão foi favorável a seu cliente", disse ela.

A juíza trabalhou por muitos anos com Paupério quando ele era promotor de Justiça. Paupério é advogado também de José Carlos Alves dos Santos, que denunciou o escândalo do orçamento e cumpre pena de 20 anos, acusado de mandar matar a mulher, Ana Elizabeth Lofrano dos Santos.